




Observatório da Oposição

10 DE JUNHO · RELATÓRIO SEMANAL Nº 53



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Olá, bem-vindo(a) ao
**Auxílio
Emergencial**
Governo Federal

CAIXA

Lula ignora programa do governo Bolsonaro que salvou 11 milhões de empregos na pandemia e, com 44 dias de atraso, lança iniciativa acanhada para ajudar o RS



SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

PRIORIDADES DA SEMANA

1

CALAMIDADE RS

2

ECONOMIA

3

POLÍTICA

4

JUSTIÇA E CIDADANIA

5

SAÚDE

6

AGRO

7

MEIO AMBIENTE

8

TURISMO

9

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Go-verno Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.



CALAMIDADE NO RS

Lula ignora programa do governo Bolsonaro que salvou 11 milhões de empregos na pandemia e, com 44 dias de atraso, lança iniciativa acanhada para ajudar o RS

Programa BEm, do governo passado, garantiu a manutenção de postos de trabalho durante a pandemia da Covid-19; iniciativa do PT tem curto prazo e fica limitada a municípios de áreas alagadas, desprezando o real alcance da tragédia

- Desde o início da calamidade no Rio Grande do Sul, a oposição pressionou pela reedição do BEm (Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda), que foi criado durante a pandemia para preservar os empregos dos brasileiros. O programa consiste na possibilidade de se permitir acordos para redução da jornada de trabalho dos trabalhadores ou suspensão dos contratos trabalhistas, com participação do governo na remuneração dos funcionários formais.



- Durante a pandemia, o governo Bolsonaro editou a MP 927/2020 no mesmo dia em que se decretou o estado de calamidade. Nove dias depois, o governo criou e regulamentou o BEm, prezando pela celeridade.
- O governo atual, por outro lado, decretou o estado de calamidade no Rio Grande do Sul (RS) no dia 24/04 deste ano. 39 dias depois, no dia 02/06, o ministro da Reconstrução do RS, Paulo Pimenta, admitia que ainda se estava buscando uma solução para os empregos da região. Mesmo com a dimensão da tragédia que se observa no estado, o governo só adotou uma medida para preservar os empregos dos gaúchos no dia 06/06. em anúncio do ministro do Trabalho e Emprego. A medida 1.230/24, que cria esse programa, só foi editada no dia 07/06.
- Não há explicação para essa demora. Empregadores do comércio, indústria e das mais diversas atividades enviaram ofícios, solicitaram reuniões e fizeram inúmeros apelos na imprensa. Isso porque, após o sucesso da preservação de 11 milhões de empregos, em 2020 e 2021, o Congresso promulgou sem alterações a lei 14.437/22. Ou seja, baseado na experiência testada e aprovada, permitiu usar a tecnologia do BEm em casos de futuras calamidades estaduais e municipais.
- Trata-se da transformação de uma política de governo em política de Estado. O legado gerado permitiu um simples decreto do Executivo para preservar os empregos do Rio Grande do Sul.
- Os brasileiros e gaúchos não podiam contar com a maior das incertezas: a volta do PT ao poder. A demora de mais de 40 dias para se editar um programa de preservação de empregos confirma a falta de compromisso com os trabalhadores e o receio de fazer o que deu certo por meio das mãos de uma gestão técnica.



O senador Carlos Heinze pede a edição do BEm desde setembro de 2023, quando as chuvas já tinham causado danos à região. Mesmo depois de outra calamidade, o governo se omitiu de editar o decreto para os gaúchos. Não há como dizer que o programa não estava no radar do governo.

Diante da inação do governo federal e antes mesmo do anúncio do ministro do Trabalho e Emprego, o senador Ciro Nogueira protocolou um projeto de lei para autorizar o BEm no Rio Grande do Sul.



- A questão é que a “filosofia sindical mofada”, como aponta o professor da USP José Pastore, permeia o pensamento das políticas trabalhistas do governo. Há uma aversão ideológica ao programa, mesmo sabendo-se que ele ajudou a preservar mais de 11 milhões de empregos durante a pandemia da Covid-19.
- Enquanto se negava o programa por razões ideológicas, as empresas tiveram de arcar com praticamente todos os custos, inclusive os trabalhistas. Os únicos alívios dados antes do anúncio do dia 05/06 foram o adiamento do pagamento do FGTS dos trabalhadores (inovação já prevista no ordenamento jurídico desde 2020) e o adiamento em um mês da parcela do Simples Nacional. É muito pouco para as empresas do Estado.
- Com a demora, não veio a perfeição. O programa anunciado pelo ministro do Trabalho e Emprego prevê o pagamento de 1 salário mínimo por mês, e apenas por dois meses, aos empregados formais, com garantia de emprego por mais 2 meses.
- Ao contrário do ditado popular, que diz que “cada um sabe onde o sapato aperta”, o governo deseja impor a mesma solução para todas as empresas.
- A forma engessada atual retira o leque de opções à disposição das empresas. Percebe-se que, agora, a opção é “pegar ou largar”. Ao contrário do BEm, que oferecia pelo menos 3 modalidades de redução de jornada e suspensão dos contratos, com contrapartida do governo com pagamento proporcional do seguro desemprego.
- Ao obrigar as empresas a manter exatamente o salário anterior, o governo desencoraja que empresas com mais dificuldade possam aderir ao programa. Ou seja, incentivou tão somente as empresas mais consolidadas.
- Com isso, os trabalhadores dessas empresas passam a ter seus empregos ameaçados.

- O BEm permitia duração por 90 dias ou por toda a calamidade. Em 2020, durou de abril a dezembro. Acordos firmados em dezembro ainda tiveram o benefício da política ao longo dos meses seguintes em 2021. Ou seja, havia preocupação, de fato, com a saúde financeira dos estabelecimentos. Em contrapartida, o governo auxiliava os trabalhadores com remunerações proporcionais ao Seguro-Desemprego.
- Outra diferença é que a proposta atual é feita de cima para baixo, ao invés de se incentivar a negociação salarial para evitar perdas salariais maiores, como fazia o BEm.
- No BEm, foi possível adaptar o programa para a realidade de cada categoria, o que seria adequado para a tragédia do RS.
- Por fim, o programa anunciado pelo governo traz uma grande injustiça. As empresas e os trabalhadores só poderão ser beneficiados caso estejam na “mancha da inundação”.
- Dessa forma, o governo ignora que há muitos afetados pela tragédia fora dessa mancha. Muitas empresas e trabalhadores que tiveram enormes prejuízos com a interrupção das cadeias produtivas regionais e pelos danos ambientais não terão qualquer tipo de ajuda pelo programa. O BEm, por outro lado, beneficiaria todo o Estado, evitando que tais injustiças fossem cometidas.





Em novo aumento de impostos, MP 1227 deve confiscar R\$ 29,2 bilhões do setor produtivo, onerando exportações e comprometendo fluxo de caixa de empresas

Medida Provisória muda regra para o uso dos créditos e ressarcimento de PIS/Cofins, obrigando empresas a manterem mais dinheiro em caixa para pagar impostos em vez de investir e gerar mais empregos

Resumo da MP 1.227

- O principal eixo da MP 1.227/24 é a mudança de regra para o uso dos créditos e ressarcimento de PIS/Cofins. Desde 2002, o governo vem criando regulamentos que permitem que os créditos de PIS/Cofins sejam usados para abater o recolhimento de outros impostos federais.
- Com a MP, os créditos de PIS/Cofins só poderão ser compensados nesses mesmos tributos. **Em caso de crédito presumido, não haverá ressarcimento.**



- Nota-se que a compensação de créditos não é uma ficção jurídica, nem um benefício aos contribuintes. Para se evitar o efeito cumulativo dos tributos, os créditos tributários são calculados para se evitar a dupla tributação. Nesse sentido, **os contribuintes têm direito ao crédito**.
- Na prática, porém, esses créditos dificilmente serão compensados. Isso acontece, por exemplo, nas empresas exportadoras, que são imunes aos tributos. Nesse caso, elas pagarão o PIS/Cofins e não terão onde compensá-lo.
- A solução seria o ressarcimento. Contudo, não há previsão para o pagamento do ressarcimento - além da vedação ao ressarcimento em alguns casos -, gerando um enorme prejuízo no fluxo de caixa das empresas. Considerando o desespero arrecadatário do governo, não se espera um tratamento célere do assunto. Com isso, o governo fará caixa segurando os créditos das empresas, algo que os formuladores da Reforma Tributária já criticaram por diversas vezes.
- Essa dificuldade em obter os créditos é um claro efeito confiscatório, conduta vedada pelo IV, art. 150 da Constituição Federal.
- Alertamos que o empoçamento de créditos gera um resíduo tributário devido ao efeito cumulativo dos tributos. Esse resíduo eleva os preços dos produtos, afetando, conseqüentemente, a competitividade dos produtores brasileiros nos mercados nacional e internacional. Lembramos que uma das promessas da reforma tributária é justamente acabar com o resíduo tributário ao adotar um regime não cumulativo dos impostos sobre o consumo. No fim, isso é um aumento considerável de carga tributária.
- Não há como não mencionar que a MP 1.227 tem efeito imediato. Apesar de todos esses problemas, o governo decidiu não dar tempo para que os contribuintes se adaptem às regras de creditamento. Com isso, todo o planejamento financeiro das empresas fica prejudicado, gerando injustiças em diversos setores.
- A expectativa do governo é arrecadar R\$ 29,3 bilhões com MP, o suficiente para mais do que compensar os R\$ 26 bilhões da desoneração da folha. É, portanto, um claro aumento da carga tributária. Isso mostra o expressivo impacto da medida sobre as empresas, que terão de arcar com R\$ 29,3 bilhões a mais em impostos sobre o consumo em um país que já tributa excessivamente essa fonte.

- A medida, para alguns setores, é mais danosa do que a reoneração da folha. A CNI, por exemplo, aponta que a desoneração rende ao setor industrial R\$ 9,3 bilhões. A MP em questão, de acordo com a confederação, onerará a indústria em R\$ 29,2 bilhões. Isso ocorre porque a MP prejudica o fluxo de caixa, fazendo com que as empresas tenham de manter mais recursos em caixa para pagar impostos em vez de investir e gerar mais empregos.
- Além de prejudicar a indústria, nota-se um forte efeito negativo sobre a agropecuária, além dos setores de combustíveis, mineração, óleo e gás, máquinas e equipamentos, químico e farmacêutico.

A medida não foi discutida e surpreendeu o setor produtivo

- A medida pegou o setor produtivo de surpresa. Com ela, o governo muda um entendimento de mais 20 anos (lei 10.337/2002) em uma canetada. É uma clara ruptura na segurança jurídica dos contribuintes.
- Além disso, as empresas contavam com os créditos para esse ano. O planejamento financeiro das empresas será severamente prejudicado, já que a MP teve efeito imediato.
- Notamos, também, que a MP não foi discutida no Congresso. O governo se omitiu do debate e buscou uma fonte de receitas sem construir conjuntamente uma alternativa fiscal à desoneração da folha.
- Em medidas com esse nível de impacto, o padrão é dar um tempo de adaptação. Viu-se isso na reforma tributária, na mudança no regime automotivo e na própria desoneração, por exemplo.

Reação do Mercado e do Congresso

- Uma das primeiras reações foi a saída de empresas compradoras de grãos do mercado.
- Identificamos notas contrárias de diversas entidades e organizações, incluindo a FPA, FPE, CNI, CNA, IPA, OCD. As manifestações são unânimes em denunciar o forte efeito sobre as empresas exportadoras e o efeito confiscatório da MP.
- 28 Frentes Parlamentares criticaram a medida. Os Senadores da oposição também se manifestaram. Destacamos as seguintes falas:



“Somos CONTRA a MP 1227/24 do governo federal para compensar a desoneração da folha de pagamento. A MP estabelece limitações no uso de créditos tributários de PIS/Cofins para o pagamento de outros tributos federais, incluindo-se a contribuição para a previdência social...”

Sen. Esperidião Amin (PP-SC), no X

“O PT não se cansa de atrapalhar o Brasil O governo acabou de publicar uma nova MP para fazer o que faz de melhor: TIRAR DINHEIRO DO POVO. Dessa vez a mão grande vai para cima do setor farmacêutico e do agronegócio. Do ponto de vista legal, o texto da MP já é, no mínimo, questionável, do ponto de vista de gestão, é um completo absurdo praticado contra o Brasil. O correto a se fazer é que o Presidente do Senado DEVOLVA essa Medida absurda e ela sequer comece a tramitar. Se ela seguir na pauta, irei convocar a bancada do Progressistas na Câmara e no Senado para FECHAR QUESTÃO contra esse atraso em forma de MP.”

Sen. Ciro Nogueira (PP-PI), no X.



“Hoje, na reunião de líderes, sugeri que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, devolva a MP 1227.

A medida é um verdadeiro atentado à segurança jurídica e à saúde financeira de milhares de empresas, com destaque para o agro exportador!

A MP mexe no sistema tributário, indo na contramão da reforma, e altera a forma como os créditos do PIS/Cofins podem ser utilizados. É um verdadeiro calote nas empresas, que perderão recursos disponíveis, reduzirão planos de investimentos e, conseqüentemente, cortarão empregos!

O governo Lula 3 insiste em atrapalhar o crescimento do Brasil!”

Sen. Tereza Cristina (PP-MS), no Instagram.



A MP 1.227 entra em conflito direto com a Reforma Tributária

- A MP em questão não poderia estar mais distante das promessas da Reforma Tributária, como está posta no PLP 68/24. Destacamos duas falas do Secretário Especial da Reforma Tributária, Bernard Appy, em audiência na Câmara dos Deputados:

“Bem, há uma questão aqui que é a questão do ressarcimento. É o caso de um exportador que acumula saldo credor, porque ele não tem débito, porque ele vende com alíquota zero, mas ele tem créditos por conta dos produtos que ele adquiriu. Neste caso, ao final de um período de apuração, final de janeiro, eu apurei que eu tenho lá um saldo credor. Na hora que eu vou fazer a minha apuração, eu posso lá falar o seguinte: "Eu quero receber o ressarcimento desse saldo credor". É automático, o próprio sistema já vai permitir que você peça o ressarcimento do saldo credor. A partir do momento que você fez o pedido de ressarcimento do saldo credor, o fisco, tanto a Receita Federal quanto o Comitê Gestor do IBS, vai ter até 60 dias para poder analisar o pedido e depois mais 15 dias para fazer o ressarcimento.”

Secretário Especial, Bernard Appy.

- No trecho acima, fica clara a intenção de devolver os créditos tributários em 60 dias. A MP 1.227 prevê um ressarcimento em “sabe-se lá quando”. Como representantes das empresas destacaram, não há nem previsão de compensação ou ressarcimento desses créditos. O prejuízo dessa medida para o planejamento financeiro das empresas é incalculável.
- Sobre isso, o Secretário destacou que a retenção de créditos é prática condenável, como mostrado abaixo:

*“Hoje eu sou uma empresa que acumula um saldo credor de ICMS na exportação. Eu posso demorar anos, décadas, para receber de volta o imposto incidente naquela minha exportação. Cada Estado faz do jeito que quer. **Quando apertou o caixa, eles dificultam a devolução do saldo credor para o exportador. Quando aliviou o caixa, às vezes eles devolvem um pouquinho.** Aí, tem Estado que faz leilão, leilão, fala o seguinte: "Olha, eu estou te devendo o dinheiro, mas se você me der o desconto, eu te pago o dinheiro que eu estou te devendo". Tem Estado que faz chantagem, tem Estado que chega lá e fala: "Se você investir aqui no Estado, eu te devolvo o dinheiro que é seu". **Porque o saldo credor é o dinheiro que pertence às empresas, está certo? É assim que funciona.**”*
[Grifos nossos]

- A crítica direcionada aos estados também se aplica ao atual governo. Na MP das Subvenções e na MP 1.202, o governo dificultou, respectivamente, a obtenção de créditos de investimento e os créditos referentes à “tese do século”. A MP 1.227 é ainda mais grave, pois a compensação dos créditos de PIS/Cofins é absolutamente incerta. Tudo isso para compensar a má gestão fiscal, que contrata despesas e só depois vai atrás de receitas.
- Destacamos, por último, que a medida onera as exportações e cria um acúmulo de créditos. Este, por sua vez, resulta em um aumento do resíduo tributário. Esses aspectos são diametralmente opostos aos princípios da reforma tributária, que visam tanto desonerar exportações quanto reduzir a cumulatividade dos tributos.
- Por essas razões, recomendamos **devolver a MP. É ilógico que um tema de tamanha relevância não seja trazido para debate no Congresso.**



3 POLÍTICA

Correios afundam com o PT e prejuízo apenas no primeiro trimestre chega a R\$ 801 milhões

Mau resultado foi puxado por excesso de gastos com folha de pagamento; quadro é agravado por atuação de empresas “parceiras” ligadas a ex-dirigentes da estatal, uma triangulação que já é alvo de investigações do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e do TCU

Síntese

- No 1º trimestre de 2024, os Correios registraram um prejuízo de R\$ 801,22 milhões, um aumento de 144% em relação aos R\$ 328,19 milhões do mesmo período de 2023.
- Esse prejuízo trimestral supera o total do ano de 2023, que foi de R\$ 597 milhões.
- Outra possível fonte de prejuízos é a relação dos Correios com integradores, que impacta financeiramente a estatal e está sob investigação por conflitos de interesse.



Análise

- Segundo os últimos demonstrativos financeiros, os Correios tiveram um prejuízo de R\$ 801,22 milhões no 1º Trimestre de 2024, um aumento de 144% em relação ao mesmo período de 2023, quando as perdas foram de R\$ 328,19 milhões.
- Essa perda se destaca ainda mais quando comparada ao prejuízo total do ano de 2023, que foi de R\$ 597 milhões. Em outras palavras, o prejuízo registrado em apenas um único trimestre foi maior do que o total do ano passado.
- O crescimento das despesas gerais e administrativas foi um dos principais fatores para explicar o resultado negativo, passando de aproximadamente R\$ 780 milhões (1º Tri de 2023) para R\$ 1 bilhão (1º Tri de 2024). Dentro dessa categoria, destacaram-se aumentos significativos em várias rubricas:
 - Despesas com pessoal: de R\$ 535,3 milhões para R\$ 735,2 milhões.
 - Contingências: de R\$ 4,8 milhões para R\$ 75,9 milhões.
 - Provisão para perdas: de R\$ 7,5 milhões para R\$ 25,1 milhões.
- Ademais, devemos considerar que os Correios recebem uma série de isenções de impostos, que tendem a mascarar os resultados obtidos. Sem essa concessão, os resultados seriam ainda mais catastróficos para os contribuintes. As isenções fiscais abrangem o ICMS, ISS, IPI, COFINS, PIS e II para prestação de serviços postais e importação de equipamentos.
- Reportagem da coluna de Natália Portinari no Uol menciona um outro problema que afeta a saúde financeira dos Correios: a relação com os integradores, empresas intermediárias cujo negócio é revender os serviços dos Correios com descontos expressivos.
- Os proprietários de franquias dos Correios consideram ilegal essa relação estabelecida com os integradores, alegando que a venda direta ao consumidor final deveria ser exclusiva das lojas autorizadas, que disputam a licitação e investem entre R\$ 371,2 mil e R\$ 503,9 mil para operar a marca. Além disso, os franqueados devem seguir os padrões de serviço definidos pela estatal, obrigações não exigidas dos integradores.

"Funciona assim: digo que quero ser cliente dos Correios e que vou postar 100 mil objetos por mês. Aí, fecho um contrato e vou para o mercado, e digo que quem quiser postar comigo, vai estar postando nos Correios. O meu negócio é baseado exclusivamente no contrato que eu tenho com os Correios e nessa margem de desconto".

Alfredo Bernardini Neto, advogado da Abrapost, em comentário para coluna de Natália Portinari no Uol.

- Inclusive, algumas dessas empresas de transporte estão operando agências que se parecem visualmente com as dos Correios, usando cores e logotipos similares, e são informalmente chamadas de "piratas" pelos funcionários.



Fonte: Funcionários Correios do Brasil.

- Com esses intermediários é possível, por exemplo, adquirir o serviço de envio de um Sedex por R\$ 16,68, enquanto a estatal cobra R\$ 25,80 pelo mesmo serviço.
- Segundo uma nota técnica da Superintendência Executiva de Finanças dos Correios, datada de novembro e obtida pelo veículo "Intercept Brasil", o montante operado por esses intermediários de fretes já alcançou a marca de R\$ 1,5 bilhão por ano.

- A controvérsia em torno dos integradores é reforçada pela participação de ex-dirigentes dos Correios nessas empresas. Nesse contexto, mencionamos a Onlog, cujos representantes incluem o ex-presidente dos Correios José Carlos Rocha Lima e o ex-vice-presidente José Furian Filho, assim como a Mandou Bem, cujo proprietário é Pedro de Almeida Feijó, ex-superintendente-executivo dos Correios durante a gestão de Dilma Rousseff.
- A abertura de investigações pelo Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal e Polícia Federal dão mostra da preocupação existente em relação à prática comercial dos integradores, evidenciando a necessidade de uma abordagem ampla e transparente sobre o tópico.



"Correios dando prejuízo pro povo e ainda querendo gastar 300 milhões com publicidade pra que? Pra falar que está dando prejuízo? Vou acabar com essa patifaria".
Senador Cleitinho, na plataforma X.

"Mesmo com o governo concedendo diversas isenções de impostos, os Correios conseguem fechar com prejuízos anuais catastróficos. E você sabe que todo prejuízo de estatal é pago com o nosso dinheiro? A solução? PRIVATIZA!".
Senador Jorge Seif Junior, na plataforma X.



Leilão bilionário de arroz do governo Lula levanta suspeitas sobre capacidade de empresas vencedoras

Certame atrai número reduzido de participantes e termina com lotes sem arrematação; vencedoras receberão R\$ 1,3 bilhão para entregar 263 mil toneladas de arroz em 11 Estados até setembro.

- O recente leilão de arroz promovido pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) revela gestão questionável por parte do governo, destacando-se a participação de empresas desconhecidas e alheias ao setor, como uma locadora de máquinas agrícolas e uma loja de queijos, além de uma pessoa física com múltiplos processos judiciais.
- A Conab considerou o leilão bem-sucedido, alegando que 87,7% da meta foi alcançada. Entretanto, não houve concorrência por falta de ofertantes. Consequentemente, os valores arrematados variaram no máximo a -0,04% do preço de abertura (Abertura: R\$ 5,00 o quilo / Variação maior R\$ 4,989 o quilo).



- Importante reiterar que não é comum sobrarem lotes sem arrematação nos leilões de compras públicas da Conab. Somado a isso, a falta de clareza sobre a origem do arroz importado e as condições das empresas para o cumprimento dos contratos levantam preocupações sobre a execução e a fiscalização do leilão.



“Pelo zelo ao dinheiro público, pedi ontem ao TCU, junto com o senador @cironogueira, que fiscalize o leilão bilionário realizado pelo governo Lula 3 para a compra de arroz pela Conab.

Quem venceu o leilão e receberá milhões do dinheiro dos nossos impostos tem todas as condições de fornecer o produto? O arroz mais barato vai realmente chegar à mesa dos brasileiros? É isso que queremos saber!!

Quando fui ministra da Agricultura, nunca usei recursos públicos para comprar arroz. Apenas autorizei, em plena pandemia, que a iniciativa privada importasse pagando menos impostos. É muito diferente do que fizeram no leilão da Conab, que consumiu mais de R\$ 1 bilhão!

E não caiam em fake news, que manipulam a emoção, e não o raciocínio, das pessoas. Chequem sempre a informação na fonte.”

Sen. Tereza Cristina (PP-MS) no Instagram

- A ação do governo relembra a estratégia adotada por Hugo Chávez e Nicolás Maduro na Venezuela, onde políticas de intervenção no setor privado e controle de preços, combinadas com a importação de alimentos baratos, levaram à ruína dos produtores locais e à dependência externa. Essa abordagem venezuelana resultou em uma crise alimentar severa quando o país perdeu a capacidade de importar alimentos, enquanto o atual movimento de Lula, utilizando a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), suscita temores similares de desestabilização do mercado agrícola brasileiro e enfraquecimento dos produtores nacionais.

“Acionamos o TCU para investigar possíveis irregularidades no leilão da CONAB para compra de arroz importado. Solicitamos a suspensão do leilão. As suspeitas que pairam sobre a idoneidade das empresas precisam ser apuradas. Basta de usar dinheiro público para propaganda do governo Lula. Não podemos permitir que o governo politize ainda mais a tragédia no Rio Grande do Sul, gastando bilhões sem transparência e desrespeitando princípios constitucionais.”

Sen. Rogério Marinho (PL-RN) no Instagram



Empresas vencedoras do leilão

- As quatro empresas que venceram o leilão receberão um total de R\$ 1,3 bilhão dos cofres públicos. Elas terão até setembro para entregar os produtos já embalados à Conab, distribuídos em 11 estados do país. A lista das vencedoras surpreendeu: entre as quatro empresas, três não são especializadas em importação. Apenas a Zafira Trading atua no comércio exterior. Já a Queijo Minas e a ASR Locação possuem números bastante controversos.

Queijo Minas, Wisley A. de Souza LTDA

- Merece destaque a Wisley A. de Souza LTDA, empresa de lojas de queijos em Macapá-AP, foi a maior vencedora do controverso leilão da Conab. A empresa arrematou 6 lotes e terá que importar 147 mil toneladas de arroz pronto para o consumo, para posteriormente receber R\$ 736 milhões, se conseguir cumprir com o contrato.
- Entretanto, o que chamou mais a atenção foi o porte da empresa, com capital social que não passa de R\$ 5 milhões. A Conab exige depósito de 5% do valor negociado como forma de garantir a entrega do produto. A caução representa R\$ 36,8 milhões, valor mais de sete vezes maior que o capital declarado pela empresa à Receita Federal.

ASR Locacao de Veiculos e Maquinas LTDA

- A principal atividade do empreendimento é o aluguel de máquinas, equipamentos industriais e veículos diversos para órgãos públicos municipais. Apesar de o transporte de alimentos ser listado como uma de suas atividades secundárias, esta será a primeira vez que a empresa se dedicará à importação de produtos.
- A empresa ganhou o terceiro maior lote, no valor de R\$ 112 milhões para a compra de 22,5 mil toneladas de arroz importado. A locadora, sediada em Brasília, possui um capital social de R\$ 5 milhões, conforme informações da Receita Federal, e 45 funcionários. A locadora precisará pagar R\$ 5,6 milhões de garantia à Conab.

Figura 1. Resumo das empresas vencedoras do leilão:



Fonte: Poder 360.

Fiasco à vista

- Diante das inúmeras críticas, a Conab se pronunciou afirmando que a responsabilidade da avaliação sobre as empresas cadastradas para saber se possuem condições de atender aos leilões é das Bolsas de Mercadorias.
- Portanto, conforme a organização, se a empresa vencedora não atender às exigências das regras do contrato, a responsabilidade recai sobre as Bolsas.
- A situação é agravada pela tentativa de politizar o tema, com o governo violando princípios constitucionais como a impessoalidade e a moralidade administrativa (art. 37, da CF), uma vez que optou pela promoção pessoal e política em detrimento do interesse público durante a crise enfrentada pelo Estado do Rio Grande do Sul, ao realizar propagandas e rótulos com logos e bordões do governo federal.

VAI TER ARROZ a R\$ 4 o quilo no Brasil!
Governo compra 263 mil toneladas de arroz importado

OFERTA ARROZ IMPORTADO R\$ 4,00 KG

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

governodobrasil • Seguir

governodobrasil É o arroz de todo dia, garantido, a preço justo! O Governo Federal realizou, nesta quinta-feira (6), o primeiro leilão de arroz importado, adquirindo 263 mil toneladas do produto. O arroz comprado é o de todo dia dos brasileiros: beneficiado, polido, longo fino, Tipo 1, safra 2023/2024. O pacote de 5kg custará R\$ 20 e virá com a logomarca da @conab_oficial e do Governo Federal. A compra evita especulação financeira e ajuda a estabilizar o preço do produto nos mercados de todo o país.

3 h

11.737 curtidas há 3 horas

Entrar para curtir ou comentar.

- O pronunciamento da Conab mais parece uma confissão velada do fracasso que foi o leilão, com a ampla ausência das empresas do setor e a falta de concorrência.
- O fato é: Mesmo burlando a lei, mais uma vez o governo não conseguirá cumprir com o que prometeu à população.

Homem de confiança do PT que ajudou a manter Hugo Chávez no poder é nomeado para comandar R\$ 197 milhões em contratos da Comunicação de Lula

Ligado ao ex-ministro Franklin Martins, Laércio Portela assume o comando da Secom com a missão de coordenar gasto recorde para a comunicação digital do governo

- Laércio Portela está de volta ao Palácio do Planalto. Em meados de maio, Portela foi nomeado ministro interino da Secretaria de Comunicação (SeCom) para cobrir o espaço deixado, ainda que momentaneamente, por Paulo Pimenta. Nome de confiança de Franklin Martins, ex-ministro da SeCom de Lula, Portela já havia ocupado outros cargos ao longo das gestões petistas. Todavia, o trabalho que mais marcou a imagem de Portela foi na campanha presidencial do ditador venezuelano Hugo Chávez em 2012.



- Franklin Martins, ex-membro do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o MR-8, protagonista de inúmeras ações criminosas ao longo dos anos do Regime Militar, foi anistiado em 1979. Foi ele quem levou Portela, também, para a campanha presidencial de Hugo Chávez.
- Para a “nobre e difícilíssima” missão de reeleger Chávez pela quarta vez na Venezuela, foram escalados outros notórios petistas e seus “muy amigos”. O marqueteiro político João Santana, responsável pelo marketing vitorioso nas campanhas presidenciais de Lula (2006) e Dilma Rousseff (2010 e 2014), entre outros presidentes do mundo ocidental “das democracias relativas”, merece ser destacado. Santana foi condenado a oito anos e quatro meses de prisão pelo crime de lavagem de dinheiro. Em 2023, o ministro do STF, Edson Fachin, optou por anular todas as condenações que haviam sido aplicadas a Santana e sua esposa, Mônica Moura.
- Lula foi o responsável por indicar esse notório time para Chávez: Martins, Santana, Portela, entre outros. Em 2017, Mônica Moura revelou em delação premiada que Martins recebeu pagamentos não declarados pela campanha de Chávez, pagos por Nicolás Maduro, então chanceler de Chávez. Moura afirmou que os valores eram entregues a ela e distribuídos aos membros da campanha. Lula chama Portela, carinhosamente, como “menino de Franklin”.
- Portela também foi assessor de imprensa do Ministério da Saúde na gestão do hoje senador Humberto Costa (PT-PE), de 2003 a 2005. Em sua terra natal, Portela atuou em jornais tradicionais. Em um deles, pediu demissão por ter aderido a uma greve de funcionários do jornal. É também cofundador da “Marco Zero Conteúdo”, um coletivo de jornalismo investigativo que, de acordo com a descrição em seu site, “acredita em matérias aprofundadas, independentes e de interesse público”. A missão de momento do ministro interino é coordenar as quatro empresas de mídia escolhidas em licitação recorde de R\$ 197.753.736 para a comunicação digital do governo. O valor é considerado o maior da história do Executivo federal para o setor de comunicação. O contrato tem duração inicial de 1 ano.





JUSTIÇA E CIDADANIA

Delegado da PF que indiciou família por hostilidade contra Moraes ganha cargo na Europol

Thiago de Rezende foi responsável por mudar conclusões de inquérito sobre possíveis ofensas a ministro do STF no Aeroporto de Roma; Oposição pede ao TCU que apure possíveis irregularidades na nomeação para novo cargo

- Na última terça-feira (04/06), o líder da Oposição no Senado Federal, Rogério Marinho (PL-RN), apresentou um pedido junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) para que sejam verificadas possíveis irregularidades na indicação do delegado da Polícia Federal (PF) Thiago Severo de Rezende a um cargo na Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol), localizada em Haia, Países Baixos.
- Na Representação, o líder da Oposição questiona se a designação de Thiago Rezende atende ao interesse público e também se existe algum desvio de finalidade no exercício da função policial.



- O nome do delegado Thiago Rezende ganhou projeção após o mesmo ter sido escolhido, em abril deste ano, para assumir as investigações que haviam sido arquivadas dois meses antes sobre uma discussão envolvendo o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, e familiares com outra família de brasileiros no Aeroporto de Roma, em julho de 2023.
- O delegado que estava à frente do caso, Hiroshi Sakaki, concluiu que não havia motivos para indiciamento de nenhum dos envolvidos. Sakaki entendeu que o filho do ministro Alexandre de Moraes, seu homônimo, teria sido vítima de injúria, mas a PF decidiu não indiciar os supostos ofensores por considerar a conduta um “crime de menor potencial ofensivo” e de instrução normativa do Departamento de Polícia Federal (DPF).
- O relator do caso, ministro Dias Toffoli, pediu que a PF retomasse o caso em março. Toffoli atendeu a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), que discordou do parecer da PF e disse que havia “elementos de convicção” sobre a ocorrência de “atos de hostilidade de gravidade considerável”.
- Na nova decisão do caso, publicada na última segunda-feira (03/06), o delegado Thiago Rezende decidiu pelo indiciamento, por crime contra a honra com agravante, dos três membros da família envolvida no entreviro com o ministro Moraes e seu filho. A PF considerou, porém, que a pena (detenção de seis meses a dois anos) pode ser aumentada em até um terço, já que a agressão teria sido contra um funcionário público em razão de suas funções.
- Segundo entrevista concedida pelo advogado de defesa da família denunciada ao jornal Estadão, “a mudança drástica de entendimento da PF sobre o caso aconteceu sem que nada de novo tenha sido juntado aos autos”.
- A defesa da família denunciada pediu, mais uma vez, ao STF, acesso às imagens das câmeras de segurança do aeroporto de Roma. Segundo Ralph Tórtima, advogado da família denunciada, “houve tendenciosa seleção de algumas poucas imagens, para se chegar a uma conclusão já de antemão pretendida e que, na visão dos investigados, é absolutamente inconcebível diante da real dinâmica dos fatos”.
- As imagens do caso seguem em sigilo. Tórtima reforça na entrevista ao Estadão que “na representação inicial formulada pelo próprio ministro Alexandre de Moraes, que ocupa a condição de vítima, somente são atribuídas ofensas objetivas por parte da pessoa de Andréa Munarão. A Roberto e Alex, não é atribuída qualquer menção objetiva de ofensa”.

- Concomitante à atípica troca de delegados à frente das investigações sobre o ocorrido no Aeroporto de Roma, o presidente Lula se manifestou em apoio ao ministro Alexandre de Moraes e sua família. “Precisamos punir severamente pessoas que ainda transmitem o ódio, como o cidadão que agrediu o ministro Alexandre de Moraes no Aeroporto de Roma. Um cidadão desses é um animal selvagem, não é um ser humano. O cidadão pode não concordar com a pessoa, mas ele não tem que ser agressivo. Ele não tem que xingar, ele não tem que desrespeitar”, afirmou Lula na época.
- O ex-ministro da Justiça e Segurança Pública e atualmente ministro do STF, Flávio Dino, também fez questão de fazer uma manifestação pública sobre o ocorrido. “Até quando essa gente extremista vai agredir agentes públicos, em locais públicos, mesmo quando acompanhados de suas famílias? ”.
- A análise das imagens feita pela PF também tem gerado desgaste interno dentro da instituição. O Diretor-Geral do DPF, Andrei Passos, chegou a determinar a instauração de processo disciplinar para apurar a conduta do perito federal Willy Hauffe Neto, presidente da Associação dos Peritos Criminais Federais (APCF), que divulgou nota questionando o fato de a análise das imagens do Aeroporto de Roma ter sido realizada por um agente, o que, além de incomum, comprometeria a qualidade e a isenção do trabalho.
- “É preocupante que procedimentos não periciais possam ser recepcionados como se fossem “prova pericial”, uma vez que não atendem às premissas legais, como a imparcialidade, suspeição e não ter, obrigatoriamente, qualquer viés de confirmação, que são exigidas dos peritos oficiais de natureza criminal”, diz a nota da APCF.
- Ainda sobre a representação apresentada pelo líder da Oposição no Senado ao TCU, infere-se que, tanto o presidente da República quanto o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, superiores hierárquicos do Diretor-Geral do DPF, manifestaram indignação com as hostilidades supostamente sofridas pelo ministro Alexandre de Moraes e sua família e, por certo, não ficaram satisfeitos com o primeiro relatório da PF da lavra do delegado Sakaki, que não fez qualquer indiciamento.
- Ademais, a própria Ordem dos Advogados do Brasil apontou violação de prerrogativas de advogado nesse inquérito, oportunidade em que seu presidente, Beto Simonetti, solicitou punição exemplar do delegado de Polícia Federal que incluiu no inquérito diálogos realizados em rede social entre o advogado e seu cliente.

- Após análise jurídica dos fatos públicos noticiados, o líder da Oposição pede ao TCU que avalie o flagrante desvio de finalidade, a inobservância aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade e do interesse público. Segundo Marinho, os desdobramentos do inquérito outrora arquivado fogem à lógica processual, colocando em risco a credibilidade da instituição Polícia Federal.
- Segundo consta na Representação, “o ato administrativo da nomeação do delegado para cargo na Europol está viciado por infringência ao ordenamento jurídico e, mais especificamente, ao princípio da proibição da arbitrariedade dos poderes públicos que impede o extravasamento dos limites razoáveis da discricionariedade, evitando que se converta em causa de decisões desprovidas de justificação fática e, conseqüentemente, arbitrárias, pois o exame da legalidade, moralidade e impessoalidade, além do aspecto formal, compreende também a análise dos fatos levados em conta pelo Diretor-Geral da PF ao realizar determinada nomeação.”
- Encerrando o documento, Rogério Marinho também pede a suspensão da nomeação enquanto as investigações estiverem em curso.





Após 3.500 mortes por dengue no país, Fiocruz desmente governo e anuncia que não terá condições de produzir vacina

País acumula mais de 5 milhões de casos da doença, sendo responsável por 82% das infecções registradas em todo o mundo; falhas de gestão e logística causam a perda de 6.816 doses de imunizante produzido por laboratório privado

- Enquanto a ministra da saúde, Nísia Trindade, tem se mostrado inconsistente em discursos e resultados à frente do Ministério da Saúde no combate à dengue, com perda inclusive de doses de vacina, o mapa da dengue no país continua extremamente grave, com expansão de casos agora para as regiões norte e nordeste.



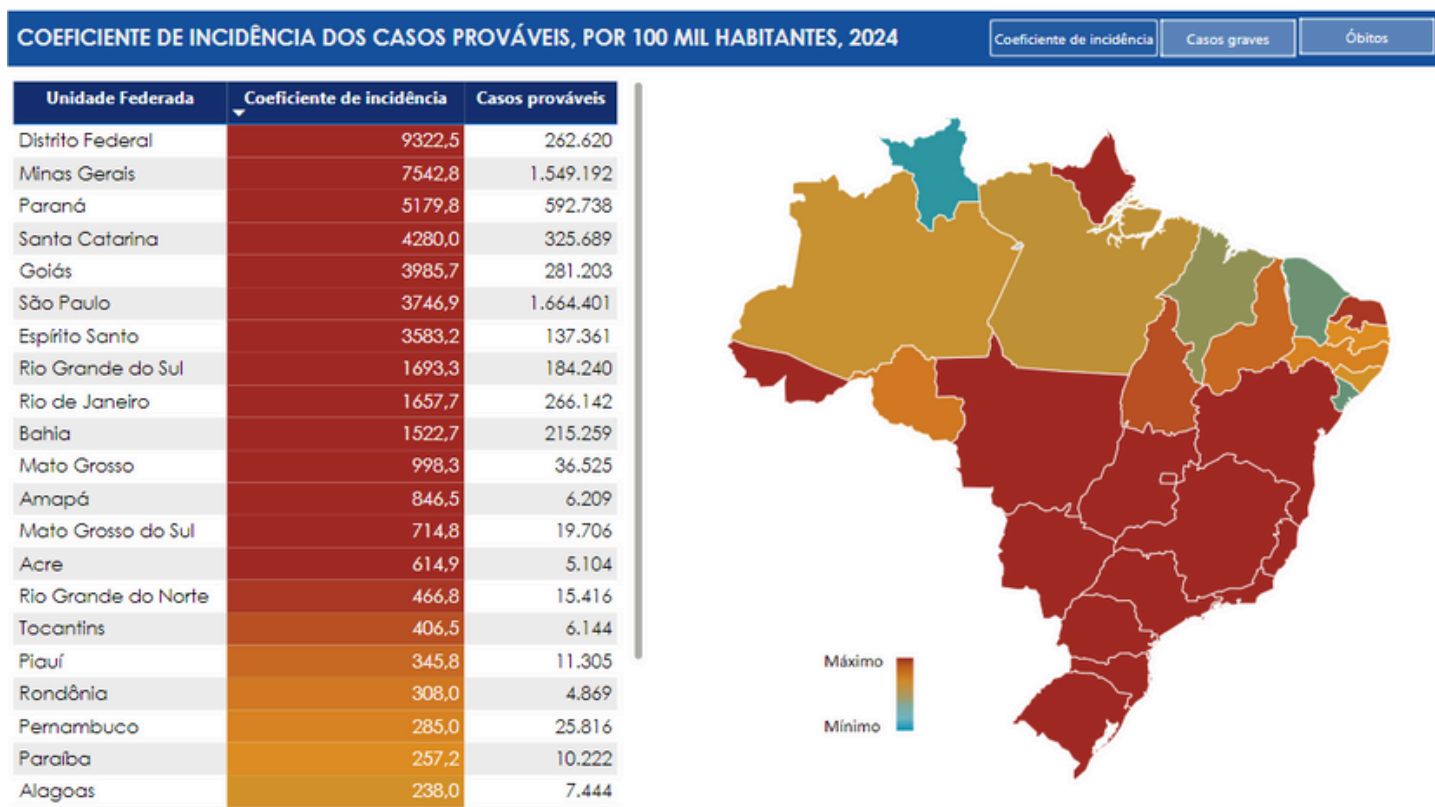
- Quando da aprovação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) da vacina do laboratório Takeda Pharma, Qdenga, em março de 2023, o discurso do Ministério da Saúde era priorizar e fortalecer a produção nacional no caso da vacina da dengue, segundo matéria de Karolini Bandeira veiculada em julho de 2023 em O Globo.
- Diante das pressões, acabou por incorporar a Qdenga no PNI (Plano Nacional de Imunização) em dezembro de 2023. Porém, a compra e distribuição só ocorreram em fevereiro, para apenas 315 municípios, e para imunização somente de crianças de 10 a 11 anos, quando a explosão de casos já vinha em uma crescente. Manteve o discurso de caminhar para a produção do imunizante pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), com a tecnologia da Takeda Pharma, e expandir a produção de vacinas para o Brasil com o Instituto Butantan.
- De um lado, o governo vendeu a esperança de uma vacina 100% nacional do Butantan (em estudo desde 2010, e em fase 3 de ensaio clínico); do outro, anunciou parceria entre a Fiocruz e o laboratório Takeda, visando ampliação da capacidade de disponibilização de doses da Qdenga, anunciada inclusive pela página oficial do Ministério.
- Agora é a vez da Fiocruz, fundação da qual a ministra Nísia Trindade foi presidente de 2017 a 2022, expor o governo e dizer **que não tem condições de produção do imunizante, sob pena de deixar de produzir vacinas contra a febre amarela e a tríplice viral**, segundo reportagem da Folha de São Paulo, por Mateus Vargas, com base no documento "Demandas do SUS e ausência de capacidade produtiva de Bio-Manguinhos/Fiocruz". A reportagem afirma, ainda, que a fundação e o ministério deverão decidir quais imunizantes serão cortados.
- No cenário em que o Brasil lidera o ranque dos 103 países monitorados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com mais de 82% dos casos de dengue no mundo, não se percebe nenhuma ação mais efetiva por parte do governo. Apenas anúncios na tentativa de passar uma imagem de que está resolvendo a questão da disponibilização da vacina para a população.



“Mais um triste e lamentável recorde do desgoverno: segundo a OMS, o Brasil lidera os casos de dengue no mundo, graças à gestão irresponsável de Lula e da sua ministra da saúde!”

Sen. Jorge Seif (PL-SC), no X.

- Segundo Painel de Monitoramento de Arboviroses, a situação continua crítica. Superou-se a infeliz marca dos **5,6 milhões de casos prováveis de dengue, com 3,5 mil óbitos e outros 2,8 mil em investigação**, até a semana epidemiológica 22. Ou seja, as projeções para 2024 da secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA/MS), Ethel Maciel, de uma variação de 1,7 milhão e 5 milhões de casos, conforme matéria veiculada pelo O Globo em janeiro deste ano, já foram superadas antes mesmo do final do primeiro semestre de 2024.



Fonte: SINAN-Sistema de Informação de Agravos de Notificações. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente/Ministério da Saúde. Acesso 07.06.2024.

- Ainda no final de abril, em coletiva no Ministério da Saúde, o governo tratou como residual a perda de doses da vacina contra dengue que venceriam ao final daquele mês. Segundo apurou o Poder 360 junto a 6 estados (Amazonas, Bahia, Goiás, São Paulo, Maranhão e Rio Grande do Norte), foram ao menos 6.816 doses que perderam a validade no último dia 30 de abril, demonstrando falha na logística da distribuição do imunizante em um cenário de escassez.
- O número pode ser maior, considerando que as secretarias de Saúde da Paraíba, Goiás e Acre não responderam ao questionamento do jornal digital e que não há informações do Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal, unidades que também receberam doses do lote em questão.

- Outro dado que chama a atenção, e que o governo tem silenciado, são os casos de Covid-19, com 608.958 até a 22ª semana epidemiológica, com 3.686 óbitos.
- Editorial do Estadão é claro e objetivo em apontar as falhas do Ministério da Saúde que agravaram a epidemia, algo que o governo tanto reluta em declarar.
 - Redução dos gastos em campanhas de comunicação contra a dengue;
 - Queda no ritmo de contratação de agentes de endemias;
 - Resistência em declarar emergência sanitária;
 - Falta de iniciativas inovadoras no combate ao mosquito transmissor;
 - Férias da secretária de vigilância em saúde e ambiental em meio a explosão de casos; e
 - Investimento em vigilância estagnado, para além da Covid.
- Portanto, a sensação que se tem é de um descaso total da Pasta comandada por Nísia Trindade. O que o país precisa são de medidas eficazes e urgentes por parte do Ministério da Saúde no combate à crescente disseminação da dengue, dando à população a atenção e a segurança necessárias contra uma doença previsível e evitável.



Desafiando o Congresso, Lula atropela lei e escala MST para elaborar novo Plano Safra

Movimento opinará sobre destinação de mais de R\$ 70 bilhões para pequenos agricultores; parceria ignora decisão do Congresso, que restaurou proibição de que a União financie direta ou indiretamente invasões de propriedades rurais privadas

- A participação do MST na elaboração do Plano Safra da Agricultura Familiar ocorre em um contexto de desafio à ação do parlamento de restringir as ações do movimento. Na sessão conjunta do último dia 28 de maio, durante a votação dos vetos presidenciais, o Congresso derrubou parte do Veto N° 1/2024 do presidente Lula. A medida que atingiu diretamente o MST, restaurando a proibição de que a União financie direta ou indiretamente invasões de propriedades rurais privadas. Logo, passou a entrar em vigor:



Art. 185. É vedado à União realizar despesas que, direta ou indiretamente, promovam, incentivem ou financiem:

I – invasão ou ocupação de propriedades rurais privadas;

II - ações tendentes a influenciar crianças e adolescentes, da creche ao ensino médio, a terem opções sexuais diferentes do sexo biológico;

III – ações tendentes a desconstruir, diminuir ou extinguir o conceito de família tradicional, formado por pai, mãe e filhos;

IV – cirurgias em crianças e adolescentes para mudança de sexo; e

V – realização de abortos, exceto nos casos autorizados em lei.

LDO 2024

- Entretanto, o Executivo mesmo assim incluiu o MST em um grupo de entidades designadas para elaborar o Plano Safra da Agricultura Familiar 2024-2025, que destinará mais de 70 bilhões de reais para pequenos agricultores.

“Mais uma vez o governo Lula 3 passa pano para o MST, um absurdo! Os assentados da reforma agrária e os agricultores familiares é que têm de ser ouvidos diretamente. Vamos, no Congresso, fiscalizar a aplicação dos bilhões do Pronaf, que é o crédito especial para os pequenos produtores.

Estamos de olho! 👁️”

Sen. Tereza Cristina (PP-MS), no Instagram.



Cadastro Ambiental Rural patina com burocracia e falta de empenho do governo Lula

Mais de 6 milhões de pedidos aguardam análise no governo, prejudicando os produtores rurais e comprometendo a credibilidade do Brasil no cenário global; sistema implementado no Estado de São Paulo é modelo

- A gestão ambiental no Brasil está em um impasse crítico devido à ineficiência e burocracia do governo federal. Recentes dados revelam que apenas 0,01% dos imóveis rurais estão com o Cadastro Ambiental Rural (CAR) regularizado, mesmo após a reestruturação ministerial que transferiu o controle do CAR para o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).
- Os números são alarmantes: dos 680.997.265 registros no sistema, apenas 0,01% possuem análise de regularidade ambiental concluída. Esta ineficiência é agravada pela instabilidade do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), cuja plataforma de cadastro é frequentemente alvo de reclamações devido a dificuldades de acesso. Apesar da promessa de um ambiente mais robusto e estável com a migração para a Dataprev, a realidade é que o sistema permanece falho, prejudicando produtores rurais que dependem da regularização para provar a sustentabilidade de suas operações.



- No recente seminário da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), realizado no Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de maio), parlamentares destacaram que a burocracia excessiva e a falta de recursos humanos adequados estão criando gargalos insuperáveis. Mais de seis milhões de cadastros aguardam análise, um processo que deveria ser acelerado por tecnologias de automação e amostragem, como no caso da declaração do Imposto de Renda na Receita Federal.



“No caso do Pará, estamos muito atrasados, mas temos avançado. E o avanço tem sido pelo sistema automatizado. O governo não tem melhorado tanto a equipe, todo mundo tem seus problemas na contratação de servidores, não é fácil isso.”

Sen. Zequinha Marinho (Podemos-PA)

- Já estados como São Paulo demonstram que é possível avançar significativamente na análise dos processos de CAR, mas a falta de ação coordenada e eficiente orquestrada pelo governo federal a nível nacional deixa a maior parte do país em um estágio de espera insustentável.
- Produtores rurais, que já enfrentam uma das legislações ambientais mais rigorosas do mundo, se veem impedidos de cumprir suas obrigações devido à ineficiência do governo.

“Quando o cadastro foi criado, os produtores fizeram sua parte. Temos hoje mais de seis milhões de cadastros. No Ministério da Agricultura, trabalhei para organizar essa ferramenta para que pudesse funcionar”.

“O produtor fez o cadastro, mas ele precisa da análise, e essa análise precisa de técnicos. Temos a melhor legislação ambiental do mundo, o Código Florestal Brasileiro, que tem 12 anos. Mas a cada ano enfrentamos medidas que tentam desequilibrar o código”.

Sen. Tereza Cristina (PP-MS)



- A falta de empenho do governo em resolver estas questões não só prejudica os produtores rurais, mas também compromete a credibilidade do Brasil no cenário ambiental e comercial global. O discurso governamental de sustentabilidade e proteção ambiental é vazio enquanto a realidade mostra um sistema paralisado e ineficaz. É imperativo que o governo federal adote medidas rápidas e concretas para resolver esses gargalos, garantindo que o CAR cumpra seu papel vital na preservação ambiental e no desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro.



“Os estados do norte do Brasil, principalmente os que pertencem à Amazônia Legal, têm grandes dificuldades na regularização do CAR. Isso demonstra falta de empenho por parte dos governos estaduais, que precisam agir urgentemente para garantir a credibilidade do produtor. É essencial que essa regularização seja realizada em todos os estados do Brasil.”

Sen. Jaime Bagatolli (PL-RO)

Case de São Paulo

- O último boletim disponível no portal SICAR aponta 7.216.877 imóveis rurais que submeteram ao cadastro, com apenas 1,4% contendo suas análises concluídas pelos órgãos ambientais.
- O que chama a atenção é que, dos 101 mil imóveis analisados, praticamente 25% estão situados em São Paulo, enquanto os estados da Bahia, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Roraima e Rio Grande do Sul sequer concluíram análise de um único CAR até o momento da publicação.



Fonte: SICAR.

- Segundo dados até abril/24 da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), 10% dos mais de 400 mil imóveis rurais paulistas já tiveram seus cadastros validados. Enquanto 60% dos proprietários ainda não estão cientes do resultado das análises de seus dados informados. Mais de 90% dos 423 mil cadastros ativos já passaram por uma análise dinamizada dos órgãos paulistas e estão aguardando manifestação ou providências do proprietário para seguir com a regularização.
- Este avanço, quando comparado com o resto do país, é o resultado dos investimentos ao SICAR/SP, sistema desenvolvido pelo governo estadual, em consonância com a capacitação aos proprietários rurais realizada pela iniciativa privada. Modelo que deveria ser seguido pelo governo federal.





MEIO AMBIENTE

Para garantir pagamento de R\$ 34 milhões em bônus a servidores de seu ministério, Marina Silva reduz metas ambientais que ela própria já considerava insuficientes

Manobra acontece em meio a uma greve histórica de funcionários dos órgãos ambientais do governo, insatisfeitos com a falta de valorização da categoria, e ao aumento das áreas desmatadas no país

- O Ministério do Meio Ambiente, liderado por Marina Silva, decidiu revisar para baixo as metas de desempenho que, se cumpridas, garantem bônus milionários aos servidores da pasta. Esta ação gerou um custo potencial de R\$ 34,3 milhões aos cofres públicos para gratificações a 590 servidores. As mudanças, implementadas **apenas dois meses antes do fim do prazo de cumprimento**, reduziram significativamente as exigências para alcançar os bônus, provocando uma onda de críticas.



- Entre as metas revisadas, a redução foi drástica: a meta para elaboração de planos de ação contra o desmatamento em seis biomas brasileiros foi reduzida para apenas dois; a área destinada ao manejo e exploração econômica de produtos florestais caiu de 844 mil hectares para 6.800 hectares; e o número de municípios incluídos em projetos de áreas verdes urbanas foi diminuído de 100 para 62.
- Essas mudanças ocorrem em meio a um cenário de insatisfação crescente entre os servidores ambientais. Em um protesto significativo no Dia Mundial do Meio Ambiente, centenas de servidores do Ibama e ICMBio entregaram seus cargos de confiança, exigindo reestruturação e valorização de suas carreiras. A paralisação nacional reflete uma frustração profunda com o governo, que recentemente declarou que não haverá acordo para atender as demandas dos servidores, encerrando as negociações sem avanços significativos.
- O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) comunicou oficialmente que a proposta governamental havia atingido o limite do orçamento, deixando clara a falta de prioridade do governo para com a área ambiental. Isso acontece enquanto o governo Lula busca se projetar como um defensor do meio ambiente, criando um paradoxo entre a retórica ambiental e as ações práticas, ou a falta delas.
- A crítica central à Marina Silva se baseia na percepção de que a revisão das metas, o alto nível de desmatamento e a falta de prestígio aos servidores são indicativos de uma gestão que privilegia metas facilitadas e bônus vultosos, em detrimento de uma verdadeira valorização do setor ambiental. Em um momento crucial para as políticas ambientais do país, as ações do ministério representam uma política mais simbólica do que substancial.





TURISMO

Planalto patrocina projeto que dispensa licitações em contratos com a Embratur e afrouxa regras para escolha de fornecedores

Proposta do líder do governo na Câmara compromete a transparência no uso de recursos públicos destinados ao turismo, um setor com grave histórico de corrupção nos governos petistas

Síntese

- Projeto apresentado pelo líder do governo permite a contratação da Embratur dispensando a licitação, além de flexibilização ainda maior de regras para que a agência contrate fornecedores.
- Medidas acendem alerta pelo comprometimento do controle e transparência da contratação com recursos públicos, em especial, suscitam preocupações devido ao histórico de corrupção envolvendo o Ministério do Turismo e a Embratur em governos petistas.



Análise

- O texto do Projeto de Lei 545/2024 apresentado pelo líder do Governo na Câmara, Deputado José Guimarães, repisa o texto da Medida Provisória 1207/2024, encaminhada pelo governo ao Congresso em 06/04/2024.
- Em 2023, o Brasil recebeu 5.908.341 turistas internacionais, níveis similares ao pré-pandemia, e o turismo internacional contribuiu com R\$ 31 bilhões na economia até novembro, de acordo com informações da Embratur, Ministério do Turismo e Polícia Federal.
- Não obstante a relevância do setor turístico para o mundo e para o Brasil, temos algumas ressalvas em relação ao texto aprovado, especialmente considerando o histórico de interferências indevidas do Partido dos Trabalhadores no Ministério do Turismo e Embratur.
- Primeiramente, a aprovação do texto permite que a Embratur seja contratada sem licitação por órgãos e entidades da administração pública. A medida se torna capciosa ao flexibilizar ainda mais as regras para a agência contratar fornecedores de bens e serviços. Essas modificações podem representar um enfraquecimento na transparência e controle das contratações envolvendo a Embratur.
- Nesse caso, a dispensa de licitação pode facilitar a repetição de práticas questionáveis, como o favorecimento de empresas com conexões políticas, o superfaturamento de contratos e o desvio de recursos públicos.
- Lembramos que em governos anteriores do PT, tanto a Embratur quanto o Ministério do Turismo enfrentaram diversos escândalos de corrupção, resultando na suspensão de convênios e na publicação de portarias para mitigar os problemas identificados. Esse foi o caso da Operação Voucher durante o governo de Dilma Rousseff, A operação culminou na prisão do Secretário-Executivo do Ministério do Turismo, Frederico Silva da Costa, e do ex-presidente da Embratur, Mário Moysés. Dentre as irregularidades identificadas pelo Tribunal de Contas da União estão a contratação sem licitação, sem justificativa para a dispensa do procedimento.
- Além disso, a medida contribuirá para que apenas uma empresa opere o serviço, estimulando a ineficiência do setor. Adicionalmente, o fato de que a Embratur voltará a receber recursos do Orçamento Federal, algo que não ocorria desde 2020.

- Ao analisarmos os dados das últimas décadas sobre o número de turistas estrangeiros que visitam o país e os recursos investidos no setor turístico por meio do orçamento da Embratur, observamos que o orçamento da Embratur explica pouco a entrada de turistas estrangeiros (coeficiente de determinação de 0,16, 16%; correlação fraca/moderada, 0,4). Os resultados sugerem que outros fatores desempenham um papel mais relevante na atração de visitantes.

Tabela. Série histórica de chegadas de turistas internacionais ao Brasil e Orçamento da Embratur (2003-2023):

Ano	Chegadas turistas estrangeiros	Var.anual(%)	Orçamento da Embratur (LOA)	Var.anual(%)
2003	4.133.000	-	125.200.000	-
2004	4.794.000	16,0	100.566.000	-19,7
2005	5.358.000	11,8	165.172.000	64,2
2006	5.019.000	-6,3	95.952.000	-41,9
2007	5.026.000	0,1	107.912.000	12,5
2008	5.050.000	0,5	128.376.000	19,0
2009	4.802.000	-4,9	125.447.000	-2,3
2010	5.161.000	7,5	196.673.000	56,8
2011	5.433.000	5,3	241.032.000	22,6
2012	5.677.000	4,5	195.098.000	-19,1
2013	5.813.000	2,4	207.263.000	6,2
2014	6.430.000	10,6	174.967.000	-15,6
2015	6.306.000	-1,9	285.828.000	63,4
2016	6.578.000	4,3	136.912.000	-52,1
2017	6.589.000	0,2	132.772.000	-3,0
2018	6.621.000	0,5	109.103.000	-17,8
2019	6.353.000	-4,0	91.984.000	-15,7
2020	2.146.000	-66,2	63.562.000	-30,9
2021	745.871	-65,2	-	-
2022	3.600.000	382,7	-	-
2023	5.908.341	64,1	-	-

Fonte: Anuário do Turismo - MTUR, Embratur, Siga Brasil e LOA.



RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Priorizando ideologia, governo Lula retira embaixador de Israel, onde vivem 14.000 brasileiros, e planeja reativar representação na Coreia do Norte, onde só há 1

Brasil está perto de reativar representação diplomática na Coreia do Norte, um dos regimes mais fechados do mundo, e deve ignorar cúpula internacional em defesa de um acordo de paz na Ucrânia

- Após a retirada definitiva do embaixador do Brasil de Israel, onde residem cerca de 14 mil brasileiros, o Brasil está perto de ter novamente um embaixador na Coreia do Norte, país onde reside apenas 1 brasileiro.



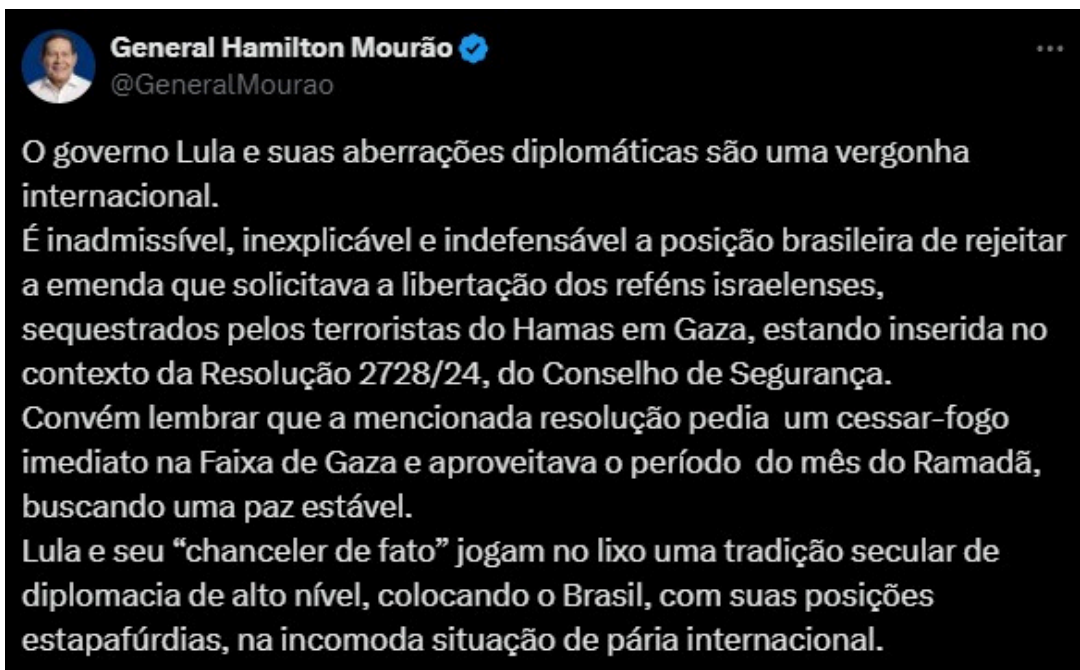
- O governo brasileiro está perto de ter novamente um embaixador na Coreia do Norte. O diplomata Luis Felipe Fortuna está fora do país desde 2020, quando se deu o início da onda de Covid. A Coreia do Norte é considerada o país mais fechado do mundo, além de ser um exemplo mundial de repressão aos direitos humanos e de perseguição à população civil. A expectativa é que o diplomata retorne à capital Pyongyang em breve.
- Por outro lado, o governo brasileiro retirou de forma definitiva o embaixador do Brasil, Frederico Meyer, de Israel. O presidente Lula ainda não indicou um substituto para a vaga de Meyer, que foi protagonista de um momento considerado constrangedor e desrespeitoso pelo Itamaraty. O diplomata foi levado pelo ministro das Relações Exteriores de Israel, Israel Katz, ao Museu do Holocausto depois de Lula ter comparado os ataques militares israelenses na Faixa de Gaza ao extermínio de judeus pela Alemanha nazista de Adolf Hitler, na Segunda Guerra Mundial. Lula nunca se retratou sobre sua fala.





- Além disso, o Brasil votou contra uma proposta apresentada por Israel durante a Assembléia Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), de incluir os reféns que estão nas mãos do grupo palestino Hamas em um projeto de resolução apresentado pela Argélia. Durante a sessão, Israel pediu para que fosse incluído no texto a libertação de cerca de 125 reféns israelenses que ainda estão com o Hamas e a proibição do uso de instalações de saúde por grupos armados palestinos. Segundo interlocutores do Itamaraty, o Brasil votou contra o adendo israelense por divergências em relação ao texto e ao alcance.





- A aliança do atual governo brasileiro com regimes autoritários como a Coreia do Norte, Cuba e Venezuela demonstra uma forma de legitimação de práticas repressivas, o que prejudica a imagem do Brasil e suas relações com países onde a democracia é consolidada. A política externa é, em muitos aspectos, um reflexo dos valores internos de um país, e alinhar-se com ditaduras pode enfraquecer a democracia interna e alimentar tendências autoritárias

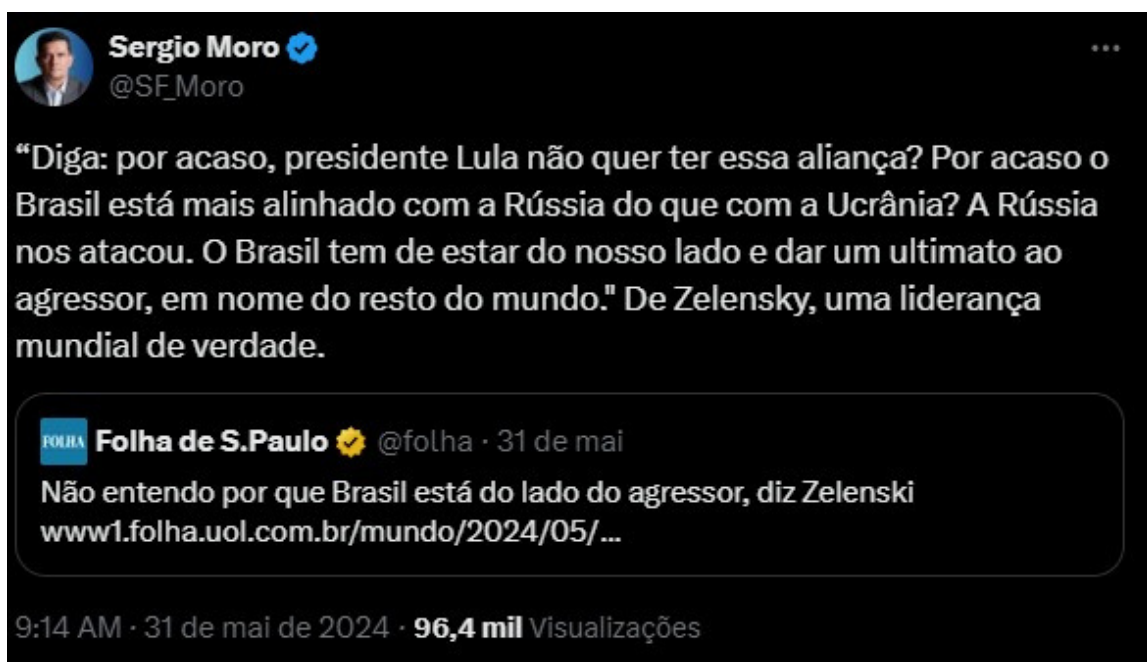
Brasil e o “eixo do mal”

- Em artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, o analista Fabiano Lena cita posições do governo que podem inscrever o Brasil entre os países do chamado “eixo do mal”, que é formado por “países dominados por grupos repressivos, que transgridem a soberania internacional, e subjagam seus povos”. No artigo, Lena também menciona o posicionamento do governo brasileiro com relação à invasão da Ucrânia pela Rússia, e diz que “as posições do governo indicam que o compromisso com a democracia do petismo era apenas uma conveniência para vencer as eleições”.
- Nos dias 15 e 16 de junho ocorrerá a Cúpula da Paz, na Suíça, para discutir uma proposta de paz unilateral que ajude a acabar com a guerra entre Rússia e Ucrânia. De acordo com fontes diplomáticas, Lula nunca considerou ir - para ele, não tem sentido um encontro sem a presença dos russos. O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, disse que não entende o posicionamento do governo do PT em relação à guerra com a Rússia:

“Diga: ‘Por acaso, presidente Lula, por acaso não quer ter essa aliança? Por acaso o Brasil está mais alinhado com a Rússia do que com a Ucrânia?’ A Rússia nos atacou. O Brasil tem de estar do nosso lado e dar um ultimato ao agressor, em nome do resto do mundo. Uma amizade com alguém que tem uma ideologia e uma visão fascistas não pode trazer benefícios”

Volodymyr Zelensky, presidente da Ucrânia

- De acordo com Kuleba, 80 países já confirmaram presença na cúpula. Zelensky disse que os presidentes argentino, Javier Milei, e chileno, Gabriel Boric, estão entre os participantes confirmados.



- Em meio à essa tensão entre Brasil e Ucrânia, no próximo dia 17 de junho o Brasil será sede do “Russian Seasons 2024”, um evento internacional promovido pelo presidente russo Vladimir Putin para disseminar a cultura do país pelo mundo. O Ministério da Cultura brasileiro foi questionado se houve algum incentivo oficial do governo para a escolha do país como sede do evento, mas não teve resposta.

